

O DESEMPENHO NA ÓTICA DAS CONTAS REGIONAIS

A economia em 1988: um barco à deriva

Adalberto A. Maia Neto*

"Que país é este
"No Amazonas, no Araguaia, na Baixada Fluminense
Mato Grosso, nas Geraes e no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso mas o sangue anda solto
Manchando os papéis, documentos fiéis
Ao descanso do patrão
"Que país é este"

(Renato Russo)

O ano de 1988 foi caracterizado por uma série de eventos que poderiam ser escolhidos para simbolizá-lo: altas taxas de inflação, Constituição, fixação dos cinco anos para o mandato presidencial, estagnação, eleições municipais, morte de Chico Mendes, etc. Mas é em seu encerramento, em seus derradeiros minutos, na transição do velho para o novo ano, que se encontra o fato marcante do ano que passou: o naufrágio do Bateau Mouche. Estão aí presentes diversos elementos da atual realidade nacional: descontrole, descaso, irresponsabilidade. Mais uma vez, a nível do imaginário social, caracterizam-se as frustrações das esperanças. Somos todos nós, também, passageiros desse barco, o Bateau Brasil, assistindo a esta longa viagem, que já completou oito anos.¹ Os problemas permanecem os mesmos, assim como a falta de soluções e, como consequência, os mesmos resultados: aceleração inflacionária e estagnação. Assim como os passageiros do Bateau Mouche, desejamos um novo ano, um novo País, com a diferença de que, no Bateau Brasil, podemos ainda trocar de tripulação.

Como resultado de seus problemas estruturais, a economia brasileira voltou a apresentar, em 1988, um desempenho medíocre, ainda pior do que em 1987. Estimativas preliminares do IBGE com informações até outo-

* Economista da FEE.

¹ A taxa média anual de crescimento do PIB nacional foi de 2,5% na década de 80, contrastando com uma taxa de 8,7% na década de 70. A renda "per capita" em 1988 é apenas 1,9% superior à de 1980.

bro indicam uma taxa de 0,04% para o PIB nacional (Tabela 1), o que significa o terceiro pior desempenho dos últimos oito anos.²

De uma maneira geral, como já foi dito anteriormente, a retomada do dinamismo industrial próximo ao da década de 70 passa por uma reorganização geral da economia brasileira que encaminhe soluções consistentes para a dívida externa, para o setor público, para o sistema financeiro, para a inflação.

Conjuntamente, a indústria pode vir a ter uma alta taxa de crescimento, como em 1986, sem significar, todavia, uma recuperação de natureza estável. Porém o quadro atual não permite que se tenham perspectivas favoráveis para 1989, principalmente caso se levar em consideração que a indústria está operando com taxas de utilização da capacidade bastante elevadas.

Tabela 1

Taxas de crescimento do produto real do Brasil — 1986-88

| DISCRIMINAÇÃO | (%) | | |
|---|-------|-------|-------------|
| | 1986 | 1987 | 1988 (1) |
| Total | 8,04 | 2,91 | 0,04 |
| Agricultura | -7,85 | 14,01 | 0,06 |
| Indústria | 12,14 | 0,21 | -2,23 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 8,30 | 3,30 | 6,37 |
| Demais subsetores | 12,32 | 0,06 | -2,89 |
| Indústria de transformação . | 11,28 | 0,97 | -3,05 |
| Indústria extrativa mineral | 3,65 | -0,69 | 1,42 |
| Indústria da construção civil | 17,65 | -3,88 | -2,54 |
| Serviços | 8,11 | 2,75 | 1,69 |

FONTE: IBGE/DPE/DECNA.

(1) Estimativas preliminares.

² Apenas superior ao de 1981 (-3,13%) e ao de 1983 (-2,83%).

Na realidade, os dados da produção industrial para o mês de novembro (-7,1% em relação a novembro de 1987) apontam uma taxa de crescimento negativa para o PIB³. De qualquer maneira, a estimativa atual implica uma queda de 1,9% no PIB "per capita".

Esses resultados não refletem apenas um fenômeno de natureza nacional, mas são produto, sim, de problemas estruturais mais amplos que atingem toda a região latino-americana. Segundo o relatório preliminar de 1988 da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL), o crescimento da região (América Latina e Caribe) foi de apenas 0,7% (2,5% em 1987), com uma redução de 1,5% no PNB "per capita". Assim como no Brasil, a questão central consiste na dívida externa e nas políticas adotadas em relação à mesma que implicam uma elevada transferência de recursos para o Exterior (em torno de 4% do PNB), redução na taxa de acumulação privada, redução dos investimentos públicos, altas taxas inflacionárias e estagnação econômica.

Inserida nesse contexto de estagnação, a economia do Rio Grande do Sul teve também um péssimo desempenho. Estimativas preliminares do Núcleo de Contabilidade Social da FEE indicam uma taxa de -1,9% para o PIB regional e uma redução de 3,2% no produto real "per capita" (Tabelas 2 e 3). A se confirmarem essas estimativas, este seria o segundo pior desempenho dos últimos 18 anos, superado apenas pelo do ano de 1981 (-2,6%). O resultado de 1988 apenas confirma o quadro geral de estagnação que vem delineando-se desde 1987 (1,0%), quando o comportamento do setor agrícola impediu que o produto regional atingisse uma taxa negativa. Deve-se destacar que, assim como na economia nacional, a década de 80 tem-se caracterizado, no Rio Grande do Sul, por um ritmo muito lento de crescimento, refletindo os mesmos problemas estruturais da economia brasileira.⁴

Comparando-se com os indicadores nacionais (setor a setor), verifica-se que o pior desempenho a nível regional deveu-se ao comportamento da agricultura e dos serviços e ao maior peso desses setores na composição da taxa do produto regional (68,4% no Rio Grande do Sul e 62,0% no Brasil). Quanto à indústria, a comparação deve ser feita entre mesmos universos, isto é, sem incluir os serviços industriais de utilidade pública (SIUP), o que resulta em uma "performance" superior para a economia gaúcha (Tabelas 1 e 2). Na discussão dos desempenhos setoriais, essas questões são retomadas com maiores detalhes.

³ Cálculos do Núcleo de Contabilidade Social (NCS) da FEE indicam uma taxa de -0,18%, supondo uma taxa de -3,50% para a indústria de transformação.

⁴ Taxa média anual de 2,6% nos últimos oito anos "versus" 9,6% no período 1971-80.

Tabela 2

Taxas de crescimento do PIBcf, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1986-88

| DISCRIMINAÇÃO | (%) | | |
|---|-------|-------|-------------|
| | 1986 | 1987 | 1988 (1) |
| Total | 10,1 | 1,0 | -1,9 |
| Agricultura | -16,8 | 28,4 | -9,5 |
| Indústria | 14,1 | 0,8 | -2,5 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,9 | 15,2 | - |
| Demais subsetores | 15,1 | -0,3 | -2,5 |
| Indústria de transformação | 15,5 | -0,4 | -2,9 |
| Indústria extrativa mineral | 8,0 | -11,2 | 2,6 |
| Indústria da construção civil | 12,3 | 1,4 | 0,0 |
| Serviços | 14,5 | -3,8 | 0,3 |
| Comércio | 8,2 | -19,2 | -10,7 |
| Demais subsetores | 16,8 | 1,5 | 3,3 |

FORNTE: FEE/CMQ/NCS.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 3

Produto "per capita" do Rio Grande do Sul — 1986-88

| ANOS | PREÇOS CORRENTES (Cz\$) | PREÇOS DE 1975 (Cz\$) | VARIAÇÃO ANUAL (%) |
|----------|----------------------------|--------------------------|-----------------------|
| 1986 | 30 338,34 | 16,79 | 8,8 |
| 1987 | 88 061,01 | 16,75 | -0,2 |
| 1988 (1) | 659 657,39 | 16,21 | -3,2 |

FORNTE: FEE/CMQ/NCS.

(1) Estimativas preliminares.